

Na lei ou na marra, com sangue ou com flores

Jorge Batista Ribeiro*

Três “barras” sempre despertaram a cobiça dos homens: a barra de ouro, a barra de terra e a barra de saia. (Provérbio popular)

O complexo problema de distribuição de terras no Brasil é coisa da antiga que, traduzida para o popular, permite a afirmativa: dá samba-enredo. Sua origem nos leva a 1534, quando o Reino de Portugal dividiu as terras descobertas em 12 capitanias hereditárias, distribuídas para os amigos do rei.

Posteriormente, o sistema de capitanias foi substituído pelo de sesmarias: grandes porções de terras eram entregues a quem se dispusesse ao cultivo, dando em troca à Coroa uma sexta parte da produção.

Em 1821, o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade e Silva, divulgava a visão do governo provisório sobre as terras dadas por sesmarias que não estivessem cultivadas. Deviam retornar ao patrimônio nacional, deixando-se, no máximo, aos donos da terra meia légua quadrada e, mesmo assim, a estes devia-se impor a condição de logo iniciar o cultivo em tempo determinado.

Depois da Independência, entre 1822 e 1850, o fim das sesmarias provocou o aparecimento de imensas fazendas e um problema que persiste até hoje: a grilagem de terras.

No Segundo Império, o engenheiro e bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar, André Pinto Rebouças, já cunhava a expressão “democracia rural”, com o mesmo significado do que hoje se denomina reforma agrária.

De origem negra, Rebouças projetou-se como ideólogo da campanha abolicionista e teve suas idéias utilizadas no lançamento da Confederação Abolicionista. Entendia que, após a libertação dos escravos, haveria urgência em promover a reestruturação da então vigente sociedade brasileira que considerava injusta para com os negros. A distribuição de terras para os escravos libertos era a principal bandeira que o obstinado Rebouças desfraldava. Publicou vários estudos sobre tal questão e criou uma legislação sobre a educação dos escravos li-

* O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior.

bertos e sua fixação nas terras. Com a Proclamação da República, Rebouças juntou-se à Família Real no exílio, lá permanecendo até a morte de D. Pedro II. Em seguida passou a percorrer as possessões portuguesas na África, onde pregava suas idéias de libertação e fixação dos negros em terras a serem a eles distribuídas.

Nos albores da Intentona Comunista de 1935, o Partido Comunista Brasileiro (PCB - Pecebão - Partidão) prometia pão, terra e liberdade: um lema da Revolução Bolchevique de 1917.

Sob o manto nacionalista, de mil e uma utilidades para a propaganda comunista, o "escritor das crianças", Monteiro Lobato, em seu livro publicado em 1947, intitulado *Zé Brasil*, exaltava tal personagem, ao mesmo tempo em que incentivava à guirizada a apoiar a luta deste despossuído sem-terra daquela época, contra um latifundiário com quem vivia às turras. Após sua exortação ao sofrido e espoliado Zé, Lobato indicava ao seu público infantil a única pessoa capaz de resolver a questão agrária no Brasil: o líder comunista Luiz Carlos Prestes.

Examinando-se o programa do PCB de 1954, pode-se verificar a pregação da violação da propriedade rural particular, por intermédio do confisco de terras em nome da reforma agrária.

A Resolução Política do V Congresso do PCB, datada de agosto de 1960, apontava aos militantes daquele partido a grande necessidade da mobilização de camponeses, para servirem como braço auxiliar do proletariado na promoção da Revolução Comunista.

Nas teses para discussão do VI Congresso do Pecebão, a importância da aliança do

campesinato com o proletariado, para os desígnios revolucionários, foi ressaltada, como se segue:

"A hegemonia do proletariado só adquire existência efetiva e se impõe na frente única na medida em que se forma e consolida a aliança operário-camponesa."

No governo Goulart foi criada a Superintendência para a Reforma Agrária (Supra) que, em vez de pôr ordem na casa, desarrumou-a mais ainda, porque, logo infiltrada e dominada por comunistas, tornou-se um órgão incentivador de desordens e dissipador de recursos públicos.

Como não poderia deixar de ser, todo esse caldo de cultura revolucionária facilitaria o surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste do País: um movimento de cunho comunista, liderado pelo advogado Francisco Julião que se propunha a espalhar os tentáculos do seu movimento por todo o Brasil, para realizar uma reforma agrária radical, à moda soviética.

Reforçando politicamente esse intento, Julião criou o Movimento Unificado da Revolução Brasileira (MURB) que, em frente-unida com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Federação Nacional de Portuários (FNP), União Nacional de Estudantes (UNE), presidida pelo ex-candidato à Presidência da República José Serra, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Brizola, Miguel Arraes, Prestes, Almino Afonso, Neiva Moreira, lançou um Manifesto-Programa que, além da reforma agrária radical, preconizava:

"...a reforma urbana, a do ensino industrial, a redução dos efetivos militares, a criação de milícias populares, a extinção das unidades das Forças Armadas, a eliminação de prescrições dos regulamentos militares, a

revogação da Lei de Segurança Nacional, o desarmamento civil etc.”

Tudo igual, sem tirar ou pôr, ao que - desde os primórdios da Nova República até os dias atuais - vem sendo exaustivamente tentado, sob as mais diversas e criativas capas, pelos esquerdistas das mais variadas cepas.

Para uma melhor percepção e entendimento da amplitude e dos propósitos desses movimentos, nada melhor do que o trecho final de uma exaltação à subversão, de autoria de Julião, divulgado nos “Cadernos do Povo”, sob o título “Que são as Ligas Camponesas”:

“Para resistir ao despejo, à polícia, ao capanga, a Liga se reúne, mobiliza os camponeses, marcha para a cidade. É o protesto. É a demonstração de massa. Com o apoio dos espoliados da cidade. Do operário. Do estudante. Do intelectual revolucionário. Que foi a Cuba. Que leu Guevara. Que escutou Fidel Castro. Cria-se, assim, o caso local que cresce de proporção, rompe a fronteira e se derrama pelo mundo. É a projeção da Liga. É a sua consagração. Sensibilizante. Ganhando adeptos. Para a reforma agrária radical. Na lei ou na marra. Com flores ou com sangue.”

Embora não integrasse os quadros dirigentes do PCB, Julião constantemente se fazia presente em reuniões, organizadas pelo Partidão e por outros movimentos de fundo marxista-leninista tais como: o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte/MG (de 13 a 17/11/1961), com o apoio do Governo Federal e do Governo de Minas Gerais (MG).

Nesse conclave, liderado pela União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB),

dirigida pelo militante ativista do PCB Lindolpho Silva, Julião, além de representar o Conselho Nacional das Ligas Camponesas, falou em nome dos dirigentes da Campanha Nacional pela Reforma Agrária e dos responsáveis pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MAST/RGS).

Salvando o Brasil de cair no precipício para o qual estava sendo empurrado pelos comunistas e atendendo ao apelo da sociedade civil, as Forças Armadas tomaram a frente do Movimento Cívico-Patriótico de 1964, que pôs cobro ao desmantelamento da Nação que vinha sendo processado.

Logo, o primeiro governo pós-64 incluiu a reforma agrária entre suas prioridades. Um grupo de trabalho foi imediatamente designado para elaborar um projeto-de-lei de reforma agrária, sob a coordenação do Ministro do Planejamento do governo Castello Branco, o embaixador Roberto de Oliveira Campos. Em 30 de novembro de 1964, após aprovação pelo Congresso Nacional, foi sancionada a Lei nº 4.504, que criava o Estatuto da Terra.

Essa lei passaria para os anais da História do Brasil, como um plano de reforma agrária, isento de paixões políticas e bem articulado. Em vez de dividir as grandes propriedades em minifúndios, comprovadamente de baixíssima produtividade, o Estatuto da Terra incentivava a modernização do latifúndio, por meio do crédito rural, fortemente subsidiado e abundante. O dinheiro farto e barato, aliado ao estímulo à cultura, principalmente da soja, em curto prazo, gerou substanciais excedentes exportáveis, ao mesmo tempo em que estimulou os proprietários de peque-

nas propriedades rurais a incorporarem as suas terras de baixa produtividade às médias e grandes propriedades, pois, além do plantio da soja exigir maiores extensões de terra, o crédito abundante facilitava a aquisição de propriedades menores, por valores que gratificavam os pequenos e rudimentares proprietários de minifúndios. Assim, quanto mais terra tivesse o proprietário, mais crédito recebia e mais terra podia comprar e, até mesmo, propiciar aos ex-proprietários de minifúndios que se interessassem permanecer no ramo orientação tecnológica de plantio e remuneração de valor superior àquela que obtinham nas suas pequenas faixas de terra.

Nesse período, toda a economia brasileira cresceu com vigor e o país iniciou a decolagem para os seus melhores destinos, de forma tal que o Brasil chegou a ser considerado como possuidor da oitava economia do mundo. Infelizmente, por motivos diversos, inclusive por ação das chamadas forças ocultas e/ou das bruxas – que las hay, hay –, os governos que se seguiram ao de Castello Branco não deram o desejável prosseguimento a esse projeto de reforma agrária que, pouco a pouco, foi sendo relegado a plano secundário, propiciando o surgimento de outros planos paliativos, quando não, simplesmente demagógicos ou de cunho socialista.

Em meados de 1966, quando os derrotados em 64 já se encontravam em promissora fase de reorganização, o agit-prop vermelho retornou com as velhas cantilenas esquerdistas, ressaltando as falhas do sistema econômico vigente, exacerbando conflitos no campo e nas cidades, para em seguida acenar com demagógicas bandeiras de justiça social, econômica e financeiramente

desfavoráveis ao desenvolvimento sustentado, mas sempre despertando cobiça e criando ilusões de melhores dias para ingênuos.

A propósito, faz muito tempo, eu li uma assertiva que volta e meia se reaviva na minha memória, na justa medida em que tomo conhecimento dos bem-urdidos ardis de esquerdistas, das mais variadas cepas. Dizia o autor:

“Se os comunistas vencerem no mundo, não será somente por saberem semear ódios, mas, principalmente, por serem pródigos em criar esperanças que comovem, fascinam e atraem.”

Fazendo justiça aos propagandistas do Credo vermelho, acrescento: eles são competentes, no aproveitamento das vulnerabilidades humanas, para enfiar goela adentro das criaturas os seus engodos. Significativa parcela dos que se deixam levar pelas falácias comunistas é constituída por criaturas às voltas com angústias e conflitos interiores diversos que facilitam o processo de sedução, para as hostes comunistas.

O fator fundamental para a reforma agrária preconizada pelos comunistas tem suas raízes no Manual de Economia Política da Academia de Ciência da falida União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que citando ensinamento de Lenine assim indicava:

“As terras confiscadas aos latifundiários podem ser repartidas entre os camponeses, como propriedade privada destes.”

Lenine justificava-se dizendo que a supressão do latifúndio fortaleceria a aliança do proletariado com os camponeses, facilitando a exploração da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. Em suma, apon-tava a coincidência dos interesses do braço

auxiliar camponês com os anseios do proletariado, na luta pela revolução socialista.

Uma irrefutável conclusão de tudo isso é a de que Lenine considerava que o comunismo para ter êxito necessitava da aliança, entre os trabalhadores das cidades e os do campo. Como corolário indiscutível desta lógica conclusão, surge a explicação do por que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) vivem em perene lua-de-mel. Afinal, o PT é um aglomerado de socialistas e comunistas de diversas tendências e o Movimento dos Sem Terra (MST) nunca escondeu que seu objetivo é a libertação do proletariado, pela reforma agrária e o socialismo.

Aqui e agora cabe um parêntesis para algumas considerações sobre a questão agrária no nosso País: um calcanhar-de-aquiles, explorado por comunistas, em razão desse tema se constituir num excelente meio para incentivar o agravamento de descontentamentos e, conseqüentemente, propiciar apelos à substituição do sistema socioeconômico vigente, pelo socialista, que, embora não tendo logrado êxito onde foi aplicado, explora com falaciosas promessas a justificável cobiça humana por melhores condições de vida.

É inegável que a vastidão do Brasil e a cultura patrimonialista do seu povo muito contribuem para os esquerdistas enganarem muitos por muito tempo. Afinal, temos regiões onde são inexistentes ou insuficientes as devidas ações de governo, nos seus variados escalões e complexos aspectos. Principalmente nas áreas geoeconômicas onde o sistema econômico, mercê de razões diversas, não acompanha a crescente evolução das necessidades soci-

ais básicas e das aspirações dos que lá vivem, acentuam-se descompassos de difícil ajustamento.

Por outro lado, como em todos os segmentos da estrutura social, a existência de maus patrões e de autoridades indiferentes ao sofrimento alheio se constitui numa verdadeira e eficiente indústria de descontentes.

Considerando-se ainda que na raiz de todos os problemas brasileiros encontram-se a educação - no seu mais amplo sentido - e a impunidade, o homem do campo e o das cidades, carentes de instrução e Justiça, com mais razão, tornam-se presas fáceis das ardilezas dos malsucedidos salvadores da Humanidade. E os profissionais do agit-prop sabendo disso não perdem tempo, sempre se aproveitando para introduzir nos espíritos carentes a sua ideologia.

O governo Geisel, no seu final, iniciava a "distensão lenta, gradual e segura", inspirada na teoria "golberiana", vulgarmente conhecida como o "processo da panela de pressão" que exigia uma válvula de escape. Por essa válvula voltaram ao cenário nacional com maior ênfase as articulações dos comunistas para a reorganização da luta pela terra.

Iniciava-se, assim, a estruturação do atual MST, oficialmente constituído em 1985, no governo Sarney, que, em tempo recorde, legalizou os partidos comunistas. Até corre à boca pequena que o apoio de comunistas e socialistas a discutível investidura de Sarney na suprema magistratura do País deveu-se a prévios entendimentos entre as partes.

Atualmente, o MST atua em 23 estados do Brasil, envolvendo mais de dois milhões de pessoas, entre adultos e crian-

ças, em cujas cabeças são inoculados o marxismo, o guevarismo etc, em escolas de formação político-ideológica, orientadas por uma bem estruturada Central de Educação que conta com um grande apoio pedagógico da esquerda clerical, grande assessoria de organizações internacionais e muito dinheiro, proveniente da “benemerência” de maus governantes, comprometidos com as várias nuances comunistas e de Organizações Não-Governamentais (ONGs) internacionais esquerdistas.

Vale por bem dizer-se que o MST mantém intenso relacionamento de consulta mútua com organizações guerrilheiras de outras partes do mundo, trocando informações e experiências estratégicas, táticas e técnicas de ações revolucionárias comunistas. Na coordenação geral revolucionária encontramos a denominada *Via Campesina* que na sua página Internet <<http://www.viacampesina.org>> assim se apresenta:

La Vía Campesina es un movimiento internacional que coordina organizaciones campesinas de medianos y pequeños agricultores, de trabajadores agrícolas, mujeres y comunidades indígenas de Asia, Africa, América y Europa.

Nessa mesma página podemos verificar que o escritório dessa organização para a América do Sul está situado no Brasil e é dirigido pelo MST.

O endereço para conferir, é o seguinte:
 South America / América Sur
 MST (Egidio Brunetto)
 Alameda Barão de Limeira, 1232
 CEP: 01202-002
 Sao Paulo - SP - Brasil
 Tel/fax: ++55.11.3361.3866
 E-mail: sri@mst.org.br
<http://www.sanet.com.br/semterra>

A ação orquestrada como a mais audaciosa do movimento foi a invasão da Fazenda Córrego da Ponte, em Buritis (MG), na época propriedade dos filhos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 23 de março de 2002, cerca de duzentos colonos entraram na propriedade anunciando que a ocupação era um protesto contra a lentidão da reforma agrária no país. Eles mexeram na cama do presidente, abriram o armário da ex-primeira-dama, ocuparam todos os cômodos e saquearam a despensa e o freezer da casa.

A atuação criminoso do MST que mais dividendos políticos auferiu foi a montada na cidade paraense de *Eldorado de Carajás* e da qual resultou lamentável desmoralização das Forças da Ordem e da Justiça que se curvou ante a pressão exercida por movimentos de massa, induzidos por intensa e continuada orquestração da mídia infiltrada e manipulada por esquerdistas que repetiram à exaustão, exatamente o contrário do que ocorreu naquele episódio, fazendo o “mocinho” virar bandido e o bandido virar “mocinho”.

Muito mais teria para apresentar, melhor configurando que a Reforma Agrária, como vem sendo posta pelos comunistas, desde algum tempo instalados no governo da Nação, é uma ameaça à democracia e ao estado de Direito, sendo o MST a ponta-de-lança desse movimento. Mas fico por aqui, convicto de que não é com a sistemática e desafiadora violação da lei, com a cumplicidade com as Forças Amadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), com a coordenação da Via Campesina e os designios fidelistas, guevaristas, maoístas etc, de alguns governantes que se fará no Brasil uma reforma agrária com flores e sem sangue. ☉